

DISCURSO E IMPRENSA: INTERPRETAÇÕES SOBRE A REVOLUÇÃO FEDERALISTA NO JORNAL O ESTADO DE SÃO PAULO (1893-1895)

DISCOURSE AND MEDIA: INTERPRETATIONS ABOUT THE FEDERALIST REVOLUTION ON THE NEWSPAPER O ESTADO DE SÃO PAULO (1893-1895)

Waleska Sheila Gaspar¹

RESUMO

Este trabalho objetiva analisar a repercussão da Revolução Federalista, ocorrida no Rio Grande do Sul entre os anos 1893 e 1895 através da fonte periódica *O Estado de São Paulo*, identificando de que forma o jornal interpretou os acontecimentos que envolveram o conflito. Devido ao protagonismo político que São Paulo ia construindo após a proclamação da República (1889), fundamentam-se as análises sobre a forma como um dos jornais mais influentes da época, *O Estado de São Paulo*, descreveu a revolução, alargando as repercussões desta sobre o centro do país. Amparada pela metodologia da análise do discurso das mídias, trabalhada por Patrick Charaudeau, procuramos também tratar sobre o uso da imprensa como fonte de pesquisa histórica, a qual possibilita compreender a inserção do acontecimento em um contexto mais amplo, visto que age diretamente no campo político-ideológico. As análises permitiram evidenciar que o discurso construído nas páginas do periódico paulista deturpam os fundamentos da revolta, já que esta, na visão do jornal, representava uma ameaça à consolidação da hegemonia da elite agrária paulista, a qual ainda não estava posta nos primeiros anos da República. Verifica-se, com esta investigação, a maneira como a Revolução Federalista tornou-se pauta das discussões políticas do centro do país, uma vez que, para além de um conflito pelo poder regional, a revolta foi interpretada como uma ameaça à estabilidade da instituição republicana, representada pela nova coalizão de forças, cujo centro era a elite cafeeira paulista.

Palavras-chave: Revolução Federalista. *O Estado de São Paulo*. Imprensa. Discurso das mídias.

ABSTRACT

This research proposes to analyze the Federalist Revolution repercussion, which took place in Rio Grande do Sul among 1893 and 1895, through the periodical source O Estado de São Paulo, identifying how the newspaper interpreted the events involved on the conflict. Because of the political protagonism that São Paulo was building after the Republic proclamation (1889), the research has based on how one of the most influential newspapers of that

¹ Mestranda em História pelo Programa de Pós-Graduação em História da Universidade de Passo Fundo - UPF. Bolsista CAPES/Prosup.

time, *O Estado de São Paulo*, described the revolution, increasing the repercussions of it in the center of the country. Based on the methodology about the discourse analysis by Patrick Charaudeau, we also try to work with the media as a source in historical research, what makes possible to understand the insertion of the event in a bigger context since it acts directly in the political-ideological field. The analyzes allowed to show that the discourse constructed in the pages of the *O Estado de São Paulo* broke down the revolt foundations, since that, for the newspaper, it represented a threat to the consolidation of the agrarian elite hegemony of São Paulo, which was not there in the beginning of the Republic. We can verified with this investigation how the Federalist Revolution became the center of the political discussions in the center of the country. Because, in addition to a conflict for regional power, the revolt was interpreted as a threat to the republican institution stability, represented by the new covenant of forces whose center was the coffee elite of São Paulo.

Keywords: Federalist Revolution. *O Estado de São Paulo*. Media. Media Discourse.

INTRODUÇÃO

Episódio da história do Rio Grande do Sul, ocorrida entre 1893 e 1895, a Revolução Federalista foi tratada pela historiografia tradicional como fenômeno regional, embora seu alcance tenha extrapolado as fronteiras internas e internacionais do estado sulino. A proposta deste trabalho revisita o tema em questão, propondo o retorno do estudo ao investigá-lo sob novas perspectivas, ao mesmo passo em que busca em abordagens referentes ao universo da história política e do uso da imprensa como fonte, a reconstrução da história e da compreensão do conflito.

O contexto que envolve a deflagração da guerra civil de 1893 foi marcado por transformações associadas à instabilidade política, econômica e social da região sulina durante a instauração da República em 1889.² A Revolução Federalista torna-se decorrente de um quadro de instabilidades antecedentes, que remontam a antigas rivalidades exacerbadas pela agitação política da época. No bojo dos acontecimentos, o golpe de 1889, que deu início ao sistema republicano no país, evidenciou a instabilidade política, no caso rio-grandense, nas sucessões de governos que chegariam até 1892,

2 Conforme Joseph Love, nas últimas duas décadas do governo imperial, importantes mudanças ocorreram na estrutura econômica e social no Rio Grande do Sul, como inovações tecnológicas, investimento externo e imigração. Também a introdução do cercamento das propriedades, o melhoramento dos transportes, a exemplo dos navios a vapor e da construção de ferrovias que favoreceram claramente o comércio interno e com outras províncias sendo que, nas exportações interprovinciais, o estado ocupava o segundo lugar nessa época e tinha como um dos seus principais produtos de exportação o charque produzido em grande escala nas regiões da campanha. Tais mudanças também acarretariam consequências políticas maiores (LOVE, 1975, p. 17).

quando o poder do Estado passa ao Partido Republicano Rio-grandense (PRR), o que configuraria o desmantelamento do Partido Liberal, até então hegemônico na região.³

O governo do estado rio-grandense, sob o comando de Júlio de Castilhos, passa a empreender a derrubada de seus opositores dos cargos públicos e de todas as posições de liderança e prestígio eleitoral nos municípios (FRANCO, 1962, p. 198). Afastados do poder, chefes liberais e dissidentes republicanos fundam o Partido Federalista no início de 1892, sob a liderança de João Nunes da Silva Tavares e Gaspar Silveira Martins. Nesse contexto, as polarizações políticas aumentaram de tal maneira que colocaram em posições antagônicas os dois partidos dominantes. A força de oposição do Partido Federalista ao PRR consubstanciou a instabilidade política, período em que a situação no estado, principalmente nas regiões da campanha e fronteira, passa a ser de insegurança e exacerbação partidária, cenário esse que foi marcado pela radicalização e violência das perseguições políticas (FLORES, 2003, p. 73).

A região sulina, amalgamada pela fronteira, foi fundamental para o rumo dos acontecimentos. Esgueirando-se do encaço empreendido pelo governo de Castilhos, os federalistas organizaram em território uruguaio a invasão ao Rio Grande do Sul. Muitos dos estancieiros que investiam seu capital em terras uruguaias eram simpatizantes ou membros do Partido Federalista (RECKZIEGEL, 2007, p. 33). Silveira Martins, a exemplo, tinha relações sociopolíticas e familiares consolidadas na região. Ao longo da sua trajetória, sempre manteve vínculos com os dois principais grupos políticos uruguaios (*blancos* e *colorados*), fazendo parte da sua estratégia política.⁴

A invasão ao estado do Rio Grande do Sul ocorreu em fevereiro de 1893, tendo como chefes militares das tropas revoltosas João Nunes da Silva Tavares e o caudilho oriental Gumercindo Saraiva. Logo no início das

3 No final do século XIX, coincidindo com as mudanças econômicas e demográficas na Província, o Partido Liberal ganhava espaço, tornando-se a força política dominante no Rio Grande do Sul. O controle da Assembleia Provincial, a partir de 1872, permitiu que os liberais se sobressaíssem com relação ao Partido Conservador, o qual vinha dividindo o poder com relativo equilíbrio até então. Nos anos finais do Império, o Partido Liberal constituía claramente o partido majoritário no Rio Grande do Sul e tinha como principal liderança o político Gaspar da Silveira Martins (LOVE, 1975, p. 24).

4 A presença dos brasileiros na República Oriental é algo que remonta o século XVIII e que se acentuou no século XIX. A maior parte das propriedades dos estancieiros do sul do Rio Grande se concentrava na metade norte do Uruguai, sendo que nas duas últimas décadas do século XIX, os proprietários brasileiros continuavam investindo seus capitais nessa região. A zona fronteiriça caracterizou-se, dessa forma, como um espaço de integração social, política e econômica, onde o interesse dos grupos envolvidos criou alianças entre as elites políticas e econômicas nos dois espaços (SOUZA, 2004, p. 142).

hostilidades, os federalistas conquistaram a cidade de Dom Pedrito – RS, fato que deu lastro ao pedido de intervenção federal que passou a interferir diretamente nos acontecimentos do sul. O exército participou ativamente na guerra, oficiais tidos como fiéis à causa republicana foram cedidos ao governo do estado rio-grandense, postos como comandantes de brigadas e batalhões. A guerra civil se estenderia até 1895, ultrapassando os limites do estado, chegando a Santa Catarina e ao Paraná, e deixaria a marca da extrema violência cometida nos campos de batalha, como a execução de prisioneiros através da degola (FLORES, 1996, p. 168).

Buscando compreender o evento sulino como um problema político que ultrapassou suas fronteiras e pretendendo alargar as interpretações sobre a revolta para o centro do país, optamos por centrar as análises sobre os registros do evento no jornal *O Estado de São Paulo*, devido à importância econômica e ao protagonismo político que São Paulo ia construindo no concerto nacional da época. A Revolução Federalista, neste sentido, serve como *locus* interpretativo para pensar as transformações referentes ao contexto histórico que se insere, período este caracterizado pela ampla instabilidade política frente à nova forma de governo instaurada no país.

Entendemos que a renovação envolvendo os paradigmas, conceitos e procedimentos metodológicos da história política, somada ao diálogo constante com outras disciplinas das ciências sociais, desencadeou o retorno ao estudo de alguns temas como grandes conflitos, que passaram a ser investigados dentro de novas perspectivas. Uma das possibilidades, alicerçada às constantes inovações historiográficas do século XX, é a adoção da imprensa como fonte para o historiador. Antes reconhecida como fonte suspeita e sem confiabilidade, a imprensa passaria a ser considerada como uma ferramenta de análise valiosa na pesquisa histórica (LEITE, 2014, p. 824).

A atividade jornalística e a forma como ela se define ao longo do tempo apresenta uma relação intrínseca com embates e interesses que surgem na política nacional, na economia e na dinâmica social, por exemplo. Este contexto legitimou a imprensa periódica como fonte primária para pesquisas históricas, entendendo-a não como um receptáculo de informação, mas como uma peça documental que traz em si um amplo espectro de elementos socioculturais do momento em que foi produzida (LUCA, 2014, p. 116).

Para Maria Helena Capelato, nos vários tipos de periódicos se encontram “projetos políticos e visões de mundo representativas de vários setores da sociedade”. Em vista disso, esses “têm a função de ‘despertar as consciências’ e ‘modelá-las’ conforme seus valores e interesses, procurando

indicar uma direção ao comportamento político do público leitor”. Dessa forma, a imprensa se impõe como uma força política, como um instrumento de manipulação de interesses e de intervenção na vida social (CAPELATO, 1988, p. 34).

Como recurso metodológico, utilizamos a abordagem de Patrick Charaudeau, estudioso das linguagens e da análise do discurso. Conforme o autor enfatiza, no caso do discurso produzido pelas mídias, esse tipo de alocação não é um simples reflexo do que acontece no espaço público, mas sim, um universo construído (2006, p. 12-13). Nesse sentido, este trabalho foi desenvolvido buscando perceber as interpretações dadas pelo jornal *O Estado de São Paulo* sobre a Revolução Federalista, a partir de algumas considerações acerca de seu discurso, como a verificação de presenças e ausências de temas e categorias nos artigos analisados e a maneira como a alocação construída buscou influenciar a opinião dos leitores. Ao mesmo tempo, consideramos importante a criticidade quanto às motivações e objetivos dos produtores do discurso, comparando as informações com o conhecimento historiográfico produzido sobre a época em questão.

Dando sequência a uma metodologia de pesquisa que usa a imprensa como fonte para a reconstrução da história e prosseguindo no tema da Revolução Federalista, o presente trabalho busca investigar o conflito, deslocando o olhar para o centro do país. A escolha da fonte periódica *O Estado de São Paulo* justifica-se por estar inserida no estado mais desenvolvido da federação, com forte influência política e busca de hegemonia. Esse contexto, tão diferente do cenário do Rio Grande do Sul em guerra, aguçou o interesse para investigar a forma como o jornal retratou a guerra civil rio-grandense. Nesse sentido, as fontes elencadas para a pesquisa junto à metodologia utilizada nesse trabalho apresentam um campo fecundo, evidenciando perspectivas não aprofundadas sobre a Revolução Federalista em outros estudos.

1 Possibilidades sobre o uso da imprensa na pesquisa histórica

A utilização da imprensa como fonte de pesquisa para o historiador é um fenômeno recente. Podemos dizer que faz parte da renovação da história política, datada a partir de meados do século XX, que buscou novas interpretações para o conhecimento histórico e também novas fontes de pesquisa para o historiador. O recurso a fontes não tradicionais, tal como a imprensa, possibilitou aos historiadores diversificar a informação sobre dadas realidades e compreender contextos através de outra abordagem. Diante dessas transformações, a imprensa se mostrou uma importante ferramenta para o trabalho do historiador, refletindo um campo de pesquisa

mais amplo e coletivo. Conforme Maria Helena Capelato:

A vida cotidiana nela (imprensa) registrada em seus múltiplos aspectos permite compreender como viveram nossos antepassados – não só os “ilustres” mas também os sujeitos anônimos. O jornal, como afirma Wilhelm Bauer, é uma verdadeira mina de conhecimento: fonte de sua própria história e das situações mais diversas; meio de expressão de ideias e depósito de cultura. Nele encontramos dados sobre a sociedade, seus usos e costumes, informes sobre questões econômicas e políticas (1988, p.21).

Ao mesmo tempo, cabe ressaltar a importância acerca do cuidado que o historiador deve ter ao tomar a imprensa jornalística como instrumento de pesquisa. Ana Maria de Almeida Camargo (1971, p. 226) assinala que a problemática não deve se reduzir na busca pela verdade das informações, visto que essas geralmente são distorcidas, principalmente no que diz respeito a jornais do século XIX e início do século XX, em sua maioria formativos, doutrinários e apaixonados. Isso remete ao risco de buscar em um periódico aquilo que queremos confirmar, o que em geral acontece quando desvinculamos o texto de uma realidade maior.

Do mesmo modo, Cláudio Pereira Elmir atenta sobre a questão de se trabalhar com os jornais como fonte. Para o autor, “a imprensa não pode ser fonte exclusiva para qualquer pesquisa histórica. É imprescindível a pesquisa bibliográfica [...] para situar o objeto de nossa pesquisa num quadro maior de estudos sobre o nosso assunto” (1995, p. 07). Sendo assim, ressalta que, “a imprensa não informa história, simplesmente. Se fosse assim, a história, enquanto campo de investigação, precisaria apenas se apropriar dos dados fornecidos pelos jornais” (1995, p. 21). Devemos ter em mente que os jornais não são imparciais, carregando sempre a subjetividade de quem os produziu. Visto dessa forma, não podemos ver essa fonte como algo dado, a partir do qual abstraímos subsídios de uma suposta realidade. Os textos jornalísticos exigem de nós uma leitura meticulosa, diferente daquela que fazemos no nosso dia a dia, já que é preciso considerar, assim, a defasagem que existe entre a formulação do discurso inscrito no periódico em relação a nossa experiência de leitura (ELMIR, 1995, p. 25).

Portanto, torna-se pertinente levar em consideração que a pesquisa histórica amparada em fontes jornalísticas exige do historiador a busca pela racionalidade, explícita ou não, apresentada no jornal. Conforme Capelato, na construção do fato jornalístico interferem elementos subjetivos de quem o produziu, como os interesses aos quais o jornal está vinculado, sendo necessário que o pesquisador que utiliza a imprensa leve em conta

esses aspectos. Em suma, é necessário “desmistificar o seu significado aparente, explicitando que sua roupagem resulta de uma construção”. Ainda, nas palavras da autora, “questionar a imagem, ‘imprensa espelho fiel da realidade’, implica um trabalho de reconstituição do real em suas múltiplas facetas” (CAPELATO, 1988, p. 24).

Ao selecionar um periódico como fonte, o pesquisador deve levar em consideração que o documento não é algo puro ou que contém toda verdade. Frente a isso, é importante dialogar com as fontes, realizando o entrecruzamento com outras informações. Sobretudo, o historiador precisa manter um olhar crítico sobre o texto jornalístico, que é construído a partir da seleção hierarquizada sobre esta ou aquela informação, a partir de critérios subjetivos de quem o escreveu (BARBOSA, 1998, p. 88).

Neste sentido, este trabalho busca priorizar as fontes de imprensa jornalística, percebidas como uma prática social carregada de historicidade, uma vez que é responsável por uma posição sócio histórica e que o conteúdo apresentado está intimamente ligado ao seu tempo. A partir disso, podemos considerar que a imprensa tem se revelado nos últimos anos como uma importante ferramenta de pesquisa, sendo um instrumento capaz de trazer aspectos referentes ao contexto histórico que pretende ser investigado.

Devemos considerar, também, que a imprensa constitui-se a partir de uma realidade específica: a informação é apresentada aos leitores através de uma escrita própria, a qual possui uma linguagem peculiar correspondente às diversas funções do jornalismo. Dessa forma, deve-se recorrer a um método que leve em conta a natureza do jornal, sua forma e conteúdo, centralizando a análise sobre seu discurso, considerando, assim, as características particulares desse tipo de escrita (ZICMAN, 1985, p. 91).

Diante desses elementos, optamos, para fins de nossas análises, pela metodologia da análise do discurso proposta por Patrick Charaudeau. O autor aprofunda seus estudos sobre a dimensão midiática dos discursos, ressaltando que esse tipo de alocação não é um simples reflexo do que acontece no espaço público, mas sim um universo construído. Para o autor, os textos midiáticos trazem em si uma dificuldade ao serem abordados, pois esse discurso tem a pretensão de se definir contra o poder de manipulação, sendo papel do pesquisador desses meios descrever os mecanismos que presidem a esse simbólico e as diferentes configurações que o tornam visível (2006, p. 12-13).

Nas mídias, como coloca o autor, os jogos de aparência se representam como informação objetiva, denunciadores das mentiras e do mal, explicador dos fatos e descobridor da verdade. Por isso mesmo, os discursos

sos de explicação não podem pretender a verdade absoluta. O analista deve observar a distância, na tentativa de compreender e explicar como funciona “a máquina de fabricar sentido social”, assumindo interpretações cuja relatividade deverá aceitar e evidenciar para assim colocá-las em foco no debate social (2006, p. 27).

Conforme Charaudeau, o homem fala para se colocar em relação ao outro, a consciência de si, para a própria existência, passa pela tomada de consciência do outro, pela assimilação e diferenciação do outro, assim, “a linguagem nasce, vive e morre na intersubjetividade” (2006, p. 42). As relações se dão no ato da comunicação, onde a percepção do acontecimento é relativizada, estando intimamente ligado com a produção de sentido, pois, ao tomar conhecimento sobre “aquilo que aconteceu”, o seu relato não passa de uma reconstituição, aspecto essencial para o entendimento do discurso midiático. Segundo o autor, o acontecimento é sempre construído, já que:

[...] o “mundo a comentar” nunca é transmitido tal e qual à instância de recepção. Ele passa pelo trabalho de construção de sentido de um sujeito de enunciação que o constituiu em “mundo comentado”, dirigido a um outro do qual postula, ao mesmo tempo, a identidade e a diferença. O acontecimento se encontra nesse “mundo a comentar” como surgimento de uma fenomenalidade que se impõe ao sujeito, em estado bruto, antes de sua captura perceptiva e interpretativa. Assim sendo, o acontecimento nunca é transmitido a instância de recepção em seu estado bruto; para sua significação, depende do olhar que se entende sobre ele, olhar de um sujeito que o integra num sistema de pensamento e, assim fazendo, o torna inteligível. (2006, p. 95).

Sobre a imprensa escrita, Charaudeau salienta que essa mídia se caracteriza por uma relação distanciada entre aquele que escreve e aquele que lê, o espaço de escrita permanece como um traço para o qual sempre se pode retornar, aquele que escreve, para retificar ou apagar, aquele que lê, para rememorar ou recompor sua leitura. A relação de distância entre as instâncias de troca, escrita, produção da informação, tempo de transporte e tempo de leitura resulta em uma sucessão de momentos operatórios que produzem uma defasagem entre o surgimento do acontecimento e o momento que o leitor toma conhecimento dele. Além disso, a leitura põe em funcionamento um tipo de compreensão mais organizadora, como conexões entre diferentes partes de uma narrativa, de encaixe dos argumentos e de reconstrução dos diferentes tipos de raciocínio. Essas características

permitem compreender porque essa mídia é particularmente eficaz, pois coloca em perspectiva e indaga sobre as prováveis consequências dos acontecimentos, considerada universo por excelência do legível (2006, p. 113-114).

A seleção dos acontecimentos presentes nos textos midiáticos corresponde a escolhas relativas ao tempo, ao espaço e à hierarquia dos fatos. O acontecimento convertido em notícia passa a ser construído conforme as “estratégias de encenação da informação”, o que faz com que a realidade seja apresentada de acordo com interesses particulares (CHARAUDEAU, 2006, p. 134). Nesse sentido, ao pensarmos a mídia como objeto de diferentes discursos, devemos procurar levantar problemáticas que interrogam as simbologias envolvidas, seu lugar na sociedade e as transformações ao longo do tempo.

As propostas relacionadas à prática jornalística levantadas até o momento orientam para o entendimento e explicação do que é o discurso midiático, contribuindo significativamente com as possibilidades de interpretação necessárias a nossa abordagem. As análises feitas sob o periódico *O Estado de São Paulo* desenvolveram-se a partir de temas e itens de significação relativos ao nosso objeto de investigação, sendo examinados em termos de sua presença e frequência de aparecimento nos textos. Igualmente, buscamos perceber como as motivações, atitudes e tendências vão mudando ou permanecendo ao longo dos acontecimentos noticiados, o que permite considerar as variações ocorridas sobre um determinado intervalo de tempo.

1.1 As relações entre a fonte e seu contexto

Acreditamos ser importante conhecermos o contexto em que o jornal em análise estava inserido, para assim podermos compreender os rumos pelo qual este caminhava. Como ressalta Capelato, essas questões iniciais são fundamentais para o direcionamento da pesquisa, uma vez que situar qual a relação da fonte com as conjunturas de seu tempo e seu campo de atuação guiam o historiador para a metodologia da análise do jornal, levando em consideração que a imprensa não é o espelho da realidade, mas uma representação do real, de momentos particulares da realidade (1988, p.24). Nessa perspectiva, consideramos pertinente apresentar a conjuntura na qual surge o jornal *O Estado de São Paulo* e algumas questões concernentes à posição assumida pelo estado paulista nesse contexto.

O surgimento do periódico paulista faz parte da conjuntura de efervescência política e social da segunda metade do século XIX no Brasil, a

qual caracterizou a consolidação de jornais mais estáveis economicamente, marcados principalmente pelo engajamento nos ideários republicanos e nas campanhas de Abolição. Esse contexto pode ser entendido pela circulação de ideias por grupos de intelectuais, militares e estudantes, defensores da queda do Império e a instauração da República.

Foi em 4 de janeiro de 1875 que surgiu o jornal *A Província de São Paulo*, com vista a defender os interesses específicos do Partido Republicano Paulista (PRP), embora não se assumisse como órgão oficial do partido. Américo Brasiliense e Manoel de Campos Salles, duas das maiores lideranças republicanas da província, empenharam-se em arrecadar recursos para financiar o empreendimento. Levantando os fundos necessários, reuniram dezoito integrantes da “fina flor da elite paulista” (PILAGALLO, 2012, p. 4) e formaram uma sociedade chamada Pestana, Campos & Cia, tendo como maiores investidores Francisco Rangel Pestana e Américo de Campos.⁵

Em 1885, Júlio Mesquita, jornalista de Campinas, trazido ao jornal por Alberto Salles, tornava-se redator, exatamente na época em que o periódico se assumia mais efetivo nas campanhas a favor da República e da Abolição. Essa acontece em 1888, e aquela em 1889, sendo que, no ano seguinte, *A Província de São Paulo* passou a se chamar *O Estado de São Paulo*. Eleito senador, Rangel Pestana muda-se para o Rio de Janeiro em 1891, assim Júlio Mesquita passa a assumir a direção do jornal e, com ele, uma série de modificações viria, sendo responsável pelos saltos de vendagem do periódico (PILAGALLO, 2012, p. 51).

No que se refere à posição assumida pelo estado de São Paulo neste contexto, cabe ressaltar que, com o advento da República, as antigas províncias, agora estados, puderam desempenhar um papel mais ativo do que até então lhes era permitido, a exemplo de São Paulo, que se tornaria um dos principais estados a tomar decisões nacionais. De acordo com Love, apesar de, em um primeiro momento, o papel principal caber ao Exército Federal, os republicanos paulistas achavam-se satisfeitos com o governo provisório do Marechal Deodoro da Fonseca, pois, entre suas demandas, a constituição de uma república federativa fora atendida. Do mesmo modo, na Assembleia Constituinte, os programas defendidos pelo Partido Republicano Paulista tiveram boa aceitação. Além disso, os paulistas conquistaram ampla autonomia para os estados dentro do sistema federal, a ser

5 Rangel Pestana tinha grande experiência em jornalismo, atividade que exercia desde os tempos de estudante de direito em São Paulo quando, no início de 1860, fundou *O Timbira* e colaborou com *O Futuro* e *A época*. No Rio de Janeiro, ajudou a lançar dois jornais: *Opinião Liberal* e *Correio Nacional*. Quando voltou para São Paulo, estava apto a encabeçar um grande jornal (PILAGALLO, 2012, p. 4).

garantida pelos impostos de exportação.⁶Conforme Simon Schwarzman (2007, p. 162):

O sistema republicano de 1889 iniciou-se, assim, com uma considerável descentralização de poder e com um estado-líder que começava por enfeixar em suas mãos a administração dos interesses de seus grupos dominantes em relação ao suprimento da força de trabalho, controle da produção, política da exportação, e assim por diante.

Dando ênfase à elite paulista que se configurava, Love afirma o quão espantoso era “a concentração de poder, tanto político quanto econômico, num reduzido segmento da sociedade, apesar do grau de desenvolvimento já atingido em São Paulo” (1982, p. 372). Essa elite constituía grupos homogêneos, estreitamente ligados por intrincados laços de parentesco ou relações de negócios, os quais formavam toda uma rede que unia homens poderosos. Ainda, segundo o autor, “a elite econômica e seus representantes políticos desenvolveram uma ideologia que identificava os interesses de sua classe com os de São Paulo, reduzindo também os interesses nacionais aos paulistas” (1982, p. 373). É em meio a essa conjuntura que se encontrava o jornal *O Estado de São Paulo*, empreendimento que servia aos interesses das elites rurais e que logo se tornaria um dos meios de comunicação mais influentes da época.

Os primeiros anos da República foram marcados pela intensa turbulência política e não faltaram assuntos para serem abordados nas páginas da imprensa, como foi o caso da Revolução Federalista, que eclodiu no Rio Grande do Sul em 1893. Observamos, no decorrer deste trabalho, que o conflito não estava distante das discussões no centro do país, e que o jornal *O Estado de São Paulo* deu grande destaque aos acontecimentos que envolviam a contenda. Sendo assim, acreditamos que o uso da imprensa em nossas análises vem ao encontro do objetivo proposto, elencando a maneira como um periódico, que se consolidava como um dos mais influentes e localizava-se no principal núcleo político e econômico da época, interpretou os episódios que envolveram a guerra sulina.

6 A Constituição de 1891 levou a efeito o federalismo de inspiração norte-americana ao conceder autonomia política e administrativa aos Estados. Cabe salientar que o grupo com maior força econômica, os cafeicultores paulistas, tiveram que negociar tanto com o exército como com as outras oligarquias agrárias regionais para erigir seu sistema hegemônico em termos nacionais, o que só se concretizaria com a “Política dos Governadores”, no governo de Campos Sales, contudo, é inquestionável o poder que esse grupo de exportadores dispunha desde o início da República (LOVE, 1982, p. 251).

2 Interpretações sobre a Revolução Federalista nas páginas do jornal *O Estado de São Paulo*

No processo de pesquisa percorremos várias fases. Dentre estas, identificamos as edições do jornal de 1893 a 1895, lembrando que o periódico contava com edições diárias; após isso, selecionamos as notícias que tratavam do conflito sulino. Esse exame resultou na coleta de trezentos e noventa e um artigos, constituindo assim, nosso *corpus* documental. Abaixo detalhamos o número de edições por ano:

Número de artigos referentes à Revolução Federalista presentes no jornal *O Estado de São Paulo* (1893-1895)

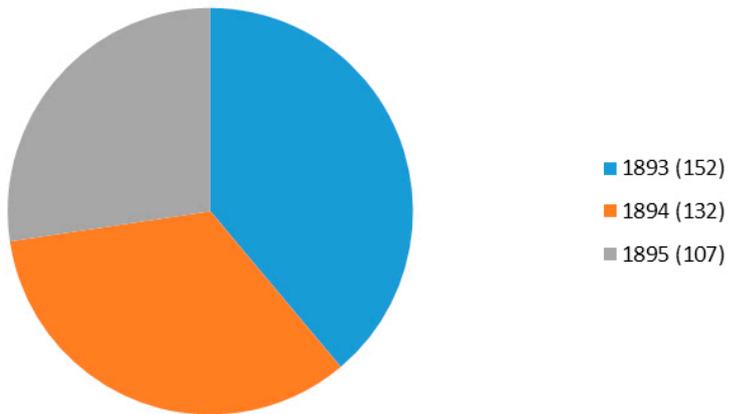


Figura 1: Gráfico descrevendo o número de artigos referentes à Revolução Federalista presentes no jornal *O Estado de São Paulo* de 1893 a 1895.

Sendo as notícias referentes à revolução assim distribuídas em cada ano:

1893:

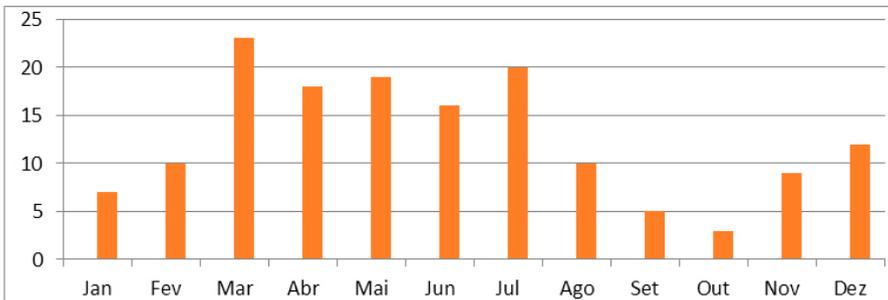


Figura 2: Gráfico descrevendo o número de publicações referentes à Revolução Federalista que circularam em 1893 no jornal *O Estado de São Paulo*.

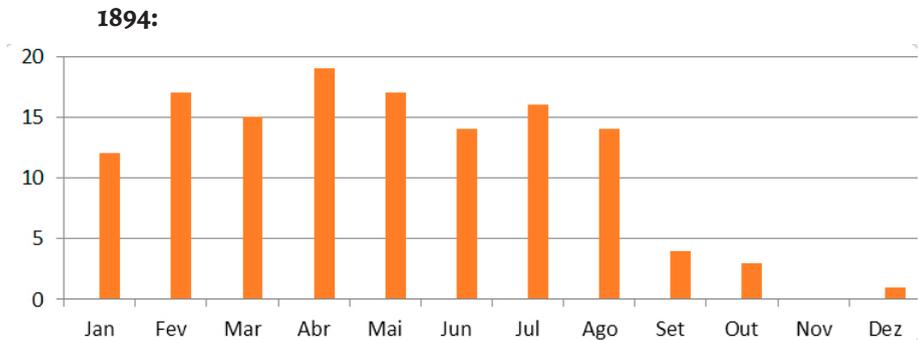


Figura 3: Gráfico descrevendo o número de publicações referentes à Revolução Federalista que circularam em 1894 no jornal *O Estado de São Paulo*.

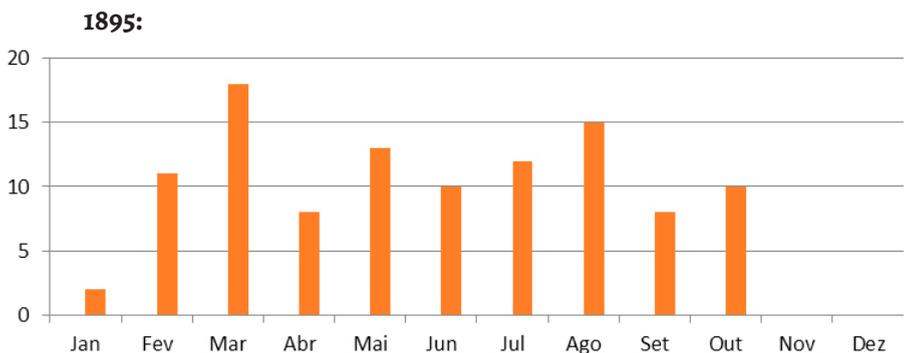


Figura 4: Gráfico descrevendo o número de publicações referentes à Revolução Federalista que circularam em 1895 no jornal *O Estado de São Paulo*.

A partir dos gráficos, é possível observarmos que 1893 foi o ano com maior número de notícias sobre a revolta, somando um total de cento e cinquenta e dois artigos, seguido de 1894 com um total de cento e trinta e dois artigos, e 1895 com cento e sete artigos ao todo. Observa-se que março de 1893 é o mês com maior número de notícias referentes à Revolução Federalista, isso devido ao fato desta ter deflagrado em fevereiro do mesmo ano, quando o jornal passa a discutir as causas e motivos da guerra que ocorria no sul. É possível perceber, também, que este número decaiu a partir de setembro de 1893, pois o periódico volta sua atenção para a Revolta da Armada que eclodira no Rio de Janeiro, a qual ocupa grande parte das páginas noticiosas. Tais notícias evitavam falar sobre qualquer relação entre a Revolta da Armada e a Revolução Federalista, salvo alguma menção nos meses finais de 1893.

Em 1894, *O Estado de São Paulo* voltaria, novamente, seu olhar para as questões referentes à revolta sulina. As tropas comandadas por Gumer-

cando Saraiva haviam chegado ao Paraná, fato que repercutiu nas notícias, as quais davam destaque ao perigo que o estado de São Paulo corria com a aproximação dos revoltosos. Outro tema largamente abordado foi a morte do próprio General Gumerindo, em agosto, quando então o periódico passa a afirmar que a guerra chegara ao seu fim. Contudo, esta estendeu-se pelos próximos meses de 1895. Observamos, no gráfico do referido ano, um número elevado de publicações no mês de março, sobretudo devido às mudanças trazidas pela alteração do governo no âmbito federal, quando Prudente de Moraes substituiu Floriano Peixoto na presidência do país. A mudança de governo deu margem para discussão que envolvia a pacificação da revolta, questão que ocupou grande parte dos artigos publicados nesse período. Com a pacificação ocorrida em agosto de 1895, as notícias passaram a debater assuntos relativos à anistia dos envolvidos na revolta, sendo que em outubro de 1895, *O Estado de São Paulo* cessaria suas publicações sobre a revolução.

Referindo-se ao lugar ocupado pelas notícias relacionadas à Revolução Federalista no periódico paulista, cabe destacar que estas, majoritariamente, encontravam-se publicadas na primeira página do referido jornal. Isto evidencia que na seleção dos fatos organizados hierarquicamente no espaço do periódico, este deu destaque aos assuntos que envolviam o conflito, refletindo que esta pauta não estava distante das discussões políticas do centro da República.

Desde o início das hostilidades, com a guerra deflagrada, o jornal *O Estado de São Paulo* posicionou-se sobre a questão, dizendo lastimar que brasileiros se encontrassem contra brasileiros no campo de batalha. Porém, ao mesmo tempo, afirmava desejar que a batalha decisiva por fim acontecesse, declarando que seus votos estariam a favor do governo Júlio de Castilhos por este ser “uma autoridade legitimamente constituída, e que não há nada, no momento atual, que possa justificar uma revolução”. Além disso, Castilhos representaria a ideia republicana, e o seu nome seria “a bandeira da democracia rio-grandense”, aquele que “revela mais patriotismo na luta”.⁷ Torna-se perceptível como *O Estado de São Paulo* posicionava-se sobre o lado “certo” do conflito, atribuindo qualidades ao líder republicano que justificaria tal posição. Ao mesmo tempo, o periódico assumia um discurso virulento contra os opositores:

Maldito seja quem assim profana a sagrada imagem da Pátria! E, agora, se aqui por S. Paulo há energúmenos políticos que desejem a vitória dos bandidos orientais ou que para ela

7 O Rio Grande. *O Estado de São Paulo*, São Paulo, 19 fev. 1893, p. 1.

tenham concorrido – o que não nos parece crível – esses que não estranhem a virulência da nossa linguagem. Merecem-na.⁸

Mesmo em condição inferior, após a tomada de Bagé no Rio Grande do Sul, os federalistas conquistaram Dom Pedrito. A partir daí, Floriano Peixoto passou a atender aos pedidos de ajuda feitos pelo governador Castilhos sob o argumento de que as instituições republicanas corriam perigo, atribuindo aos federalistas a intenção de restaurar a monarquia, o que se mostraria inverídico. A ideia central dos federalistas era apejar do poder Júlio de Castilhos, sendo incorreto atribuir à revolução propósitos restauradores. Como esclarece Ana Luiza Setti Reckziegel, os revoltosos ao longo da guerra faziam questão de enfatizar seu favoritismo à forma de governo republicano, visto que “em várias ocasiões, os líderes federalistas haviam se pronunciado em defesa da República, que, no entender de Silveira Martins, deveria adotar o sistema parlamentarista” (2015, p. 199).

O exército participou ativamente na guerra, oficiais tidos como fiéis à causa republicana foram cedidos ao governo do Estado, postos como comandantes de brigadas e batalhões. Nesse quadro, configuraram-se as forças que participariam do conflito, de um lado os federalistas, que obtinham apoio de caudilhos e do governo uruguaio e, do outro, as forças leais, compostas pela Brigada Militar e o Exército Brasileiro (FLORES, 1996, p. 168). Sobre a intervenção do governo federal no conflito, *O Estado de São Paulo* foi enfático:

É, sem dúvida, acertada a resolução do governo federal: satisfaz oportunamente a uma exigência da Constituição; tranquiliza os patriotas que notavam, com desgosto, o desmembramento com que nossos vizinhos do sul se intrometiam num combate, que só por brasileiros deveria ser disputado; e vêm ao encontro de uma ardente aspiração dos republicanos, que não podem ver sem mágoa o mal que fazem a República as constantes perturbações da ordem num Estado tão importante como o Rio Grande do Sul, e que estão convencidos de que a vitória de Silveira Martins e Silva Tavares seria um sinal para que se erguessem e tomassem armas, em todo o país, os inimigos das instituições.⁹

A intencionalidade dos produtores do discurso é bem explícita. A intervenção do Exército brasileiro a favor das tropas castilhistas tornava-se

8 Idem.

9 O Rio-Grande e a República. *O Estado de São Paulo*, São Paulo, 23 fev. 1893, p. 1.

justificável frente a um combate que não se dava apenas entre brasileiros, mas sim contava com a participação de estrangeiros (uruguayos) que perturbavam a ordem implantada pelo novo governo. O discurso, impregnado de perspectivas sobre o futuro, também alertava os leitores sobre as consequências que sofreria o país caso os federalistas chegassem à vitória, e seria esse um sinal de que outras revoltas eclodiriam contra o poder instituído, o que fundamentaria a aliança e o apoio do governo federal aos castilhistas, a fim de sufocar a revolução.

Em um primeiro momento, percebemos como o jornal *O Estado de São Paulo* não foi neutro sobre sua posição quando deflagrada a guerra sulina. Seu discurso era claro: apoiava as tropas castilhistas e a intervenção do governo federal frente à necessidade de defender as instituições republicanas que estavam ameaçadas pelos revoltosos, identificando, dessa forma, o grupo inimigo. As explicações sobre as motivações e causas da guerra não foram aprofundadas, comunicando aos leitores informações lacônicas, as quais primavam desqualificar os federalistas e o apoio recebido por eles dos uruguayos. Tal relação deu margem para uma ampla discussão no periódico.

O envolvimento entre os federalistas e uruguayos seria pauta das discussões do jornal *O Estado de São Paulo* sobre os fundamentos do conflito. A relação com o país oriental é usada para caracterizar o movimento como uma invasão ao estado sulino brasileiro. As tropas de Silveira Martins e Silva Tavares são assim descritas pelo periódico:

[...] gaúchos e bandidos do Estado Oriental que, *por dinheiro*, vem ensanguentar esta terra. São mercenários vis que talvez até ignorem o nome de quem os comanda e que vão transpor a fronteira só para roubar e saquear a vontade, ainda que para isso seja necessário levar a viuvez e a orfandade a inúmeros lares brasileiros. A vitória dos invasores – veja-se bem o que esse termo quer dizer – antes de ser a ruína total do partido republicano do Rio Grande e o começo da ruína da República do Brasil, seria a morte dos brios desta Nação. [grifos do jornal].¹⁰

O jornal apela para um discurso de desqualificação dos adversários, “bandidos que transpõe a fronteira para roubar, mercenários que se vendem por dinheiro”. A descrição dos federalistas, dessa maneira, é destinada à causar no público leitor efeitos de indignação e angústia, frente ao alerta que o jornal faz sobre a “fonte de todo mal” e as consequências que a nação

10 O Rio Grande. *O Estado de São Paulo*, São Paulo, 19 fev. 1893, p. 1.

sofrerá se esta não for combatida e derrotada.

Conforme Charaudeau, o efeito de indignação está voltado para a questão moral da situação em que as vítimas se encontram. Indignação desperta um movimento de protesto contra uma situação. O efeito de angústia é devido à evocação de uma ameaça que nasce de uma situação de perigo potencial, pondo aquele que lê ou escuta a informação numa posição de vítima possível dessa ameaça. Assim, o discurso empregado se faz recorrendo a narrações dramatizantes para provocar temor e medo sobre as consequências possíveis de determinada situação (CHARAUDEAU, 2016, p. 91-92).

Devido à participação estrangeira no conflito, *O Estado de São Paulo* intitulou diversos de seus artigos sobre a revolução de “A Invasão”, reforçando o estigma de invasores aos federalistas. Em seu discurso, o jornal faz um alerta, dizendo ser necessário que os “paulistas saibam que grande parte dos invasores não pertencem à comunhão brasileira”, sendo assim, julgam ser o dever deles “mostrar toda extensão do mal que nos preparam”.¹¹

Frente às análises feitas sobre o discurso do jornal, foi possível perceber como este procurou fundamentar as causas da revolução como uma invasão estrangeira feita por argentinos e uruguaios que compactuavam numa espécie de “conspiração” contra o progresso do Brasil, que agora, com bases republicanas, prosperava, representando um perigo aos países vizinhos. Nas edições que seguem, o jornal critica a política externa do Uruguai que não atendia os apelos feitos pelo governo brasileiro para deterem os revoltosos em suas fronteiras. O periódico defende que as razões de um “país fraco” não atender às reclamações de um “país forte” como o Brasil, estariam fundamentadas na tentativa deste de anexar o Rio Grande do Sul ou, ao menos, por desejarem que a guerra sulina dilacerasse o estado e assim enfraquecesse a República brasileira.

O discurso assumido pelo periódico buscava denunciar a razão da desordem, achar um culpado e determinar um inimigo, no caso, os estrangeiros, invasores que transpõem a fronteira para atacar instituições legítimas. Ao descrever as causas da desordem, o discurso apresenta o adversário como o único responsável pela situação, tratando-se de uma estratégia de desqualificação, evocando a ameaça que ele representa para sociedade. Assim, como salienta Charaudeau, fabricam-se *bodes expiatórios* a serem sacrificados pela angústia social (2016, p. 94). Denunciado o mal, o jornal iria empregar um discurso de reparação dessa situação, buscando apresentar ao leitor uma possível solução salvadora, a qual estaria intrincada à inter-

11 A invasão. *O Estado de São Paulo*, São Paulo, 01 mar. 1983, p. 1.

venção do governo federal no conflito e o sentimento patriótico republicano que deveria aflorar dentro de cada brasileiro. Assim noticiava o jornal:

É preciso que os inimigos da República se convençam de que nós, os republicanos, estamos dispostos a defendê-la e que para destruir suas loucas intenções, os manejos sinistros com que procuram assediá-nos, contamos com o própria esforço, com a tenacidade já provada, e com o patriotismo da grande maioria do povo; é preciso que compreendam que conosco está a opinião pública e que eles não constituem senão uma exceção, que há de forçosamente desaparecer abafada na luta, ou que se tornará odiosa se prosseguir no caminho do ataque desleal e traiçoeiro.¹²

Frente ao exposto, é perceptível como o discurso produzido aponta soluções para reparar o mal existente apelando para um impulso coletivo, superando e difundindo-se numa “alma coletiva”, para assim, reunir-se em um “Nós”. Conforme Charaudeau, nesse tipo de alocução, “a palavra do orador se reforça por exaltar o sentimento indentitário desse Nós. Trata-se de exacerbar o ‘orgulho de ser si mesmo’, valorizando os traços de caráter comunitário do grupo ao qual se pertence” (2016, p. 96). Para *O Estado de São Paulo*, a característica identitária, o “Nós” que unia a população, estaria representado pelo sentimento patriótico. Portador desse sentimento, o discurso buscava provocar no leitor uma admiração à ideologia republicana, promotora, no entendimento do jornal, da paz e da ordem. A intencionalidade da fala dos produtores do discurso desempenhava, assim, um importante papel na construção de sentidos em um regime que precisava consolidar-se. A República passaria a ser a representação do sentimento coletivo, como define o jornal, “arraigada no coração do povo”. Dessa maneira, qualquer forma de ameaça a essa instituição deveria ser combatida e aniquilada:

Quanto a nós, não nos arrependemos de ter agitado nestas colunas e de ter contribuído para que o espírito do povo paulista se inflamasse, indignado, contra a causa antipática dos federalistas. Como defensores dos interesses do povo, temos o dever de profligar os perturbadores da ordem. Como republicanos, somos obrigados a combater tenazmente qualquer movimento de hostilidade contra a República. Como brasileiros, seríamos indignos dessa pátria se não nos erguêssemos contra os que ousam ameaçar a sua

12 Os negócios do Rio Grande. *O Estado de São Paulo*, São Paulo, 01 mar. 1893, p. 1.

integridade arrancando-lhe o pedaço de terra, onde repousam as mais heroicas tradições da nossa história, e que foi destinado pela natureza a ser a sentinela, sempre vigilante, da nossa hegemonia na América do Sul.¹³

Ao mesmo tempo, o discurso construído pelo periódico paulista objetivava mostrar ao público leitor que os acontecimentos que envolviam o conflito não estavam restritos apenas ao Rio Grande do Sul. A contenda afetaria a esfera política nacional, podendo abalar os fundamentos da ordem, da legalidade e os créditos das instituições republicanas. Desta maneira, a intervenção do governo federal, situação defendida pelo jornal, era justificada e os gastos da União no conflito eram necessários. O periódico expunha uma série de argumentos a fim de defender o auxílio dos estados nessa causa. Com a descentralização do poder, afirmava o jornal, os estados que antes sustentavam a monarquia poderiam, agora, viver momentos de abundância e, dessa forma, a existência do regime republicano dar-se-ia a partir da reciprocidade de auxílios entre a União e os estados.

Cabe ressaltar outras questões recorrentes nas notícias, tais como o recurso discursivo empregado nas publicações que retratavam os grupos envolvidos no conflito em situações bastante distintas: a política falsária, indecorosa e criminosa, fundamentada em aspirações exaltadas dos federalistas, colocava em perigo a ordem, a paz, a moderação e a justiça representadas pelas tropas republicanas, as quais por amor à Pátria lutariam contra o ultraje ao patriotismo simbolizado pelos revoltosos.

Frente a isso, devemos levar em consideração que a alocação produzida pelo discurso do jornal com relação ao seu *contrato comunicacional*¹⁴ não pretendia ver a verdade absoluta dos fatos. O que interessava para o sujeito produtor da fala era o movimento das opiniões, ou seja, repertoriar algumas e rejeitar outras, criticando-as a fim de pôr as suas. Podemos considerar que, ao desqualificar o adversário e exaltar as qualidades do grupo que defende insistentemente, o periódico tem como estratégia cooptar o leitor na causa defendida em nome de valores que consideram compartilhados por um todo coletivo, estabelecendo, dessa forma, uma relação entre o discurso proferido com o destinatário ideal imaginado pelo produtor. Sendo assim, o acontecimento é construído através de um discurso não imposto,

13 Tínhamos razão. *O Estado de São Paulo*, São Paulo, 11 abr. 1893, p. 1.

14 Segundo Charaudeau, o discurso de informação permite o estabelecimento de um vínculo social, as mídias se interessam de modo organizado pelo estabelecimento desse vínculo, propondo um “contrato comunicacional”. Assim, as empresas responsáveis por fabricar a informação concorrem entre si, e a partir dessa concorrência, as mídias são levadas a uma tomada de posição sobre a maneira de tratar as notícias (2006, p. 13).

mas uma incitação dramatizante que apela para os sentimentos.

Conforme Charaudeau, um ato de fala, qualquer que seja, é suscetível de produzir um efeito emocional combinado por três fatores, a natureza dramática do assunto, a maneira pela qual a palavra é posta em cena e a circunstância na qual o público recebe o discurso (2016, p. 90). É o que mostra o texto do *O Estado de São Paulo* ao se referir sobre o apoio dado a Floriano Peixoto pela população do Rio de Janeiro:

Neste momento de provações os sentimentos de todos os brasileiros não podem ser outros senão os da população fluminense e bem cedo o patriótico soldado da República, o marechal Floriano Peixoto há de ver imitado o nobre exemplo do povo da capital, porque assim o exige a dignidade do nome brasileiro e a salvação da República. São estes os nossos votos, e nesta sincera confiança que temos pelos sentimentos de nossos patrícios, vão ao mesmo tempo os nossos aplausos aos que souberam dar o exemplo de civismo, reunindo-se em torno do chefe da nação para todas as eventualidades.¹⁵

O sentimento patriótico é utilizado com forte carga emocional e a figura do presidente Floriano Peixoto é associada à imagem de um “salvador” decidido a combater todo mal pelo bem da República. O jornal, como produto de uma encenação midiática, constrói a notícia procurando tocar a sensibilidade do leitor. A redação da notícia denota confiança no sentimento de “civismo”, apelando para a consciência do papel social de cada um. Dessa maneira, a linha de argumentação empregada neste caso, e em tantos outros discursos do jornal, apela para uma carga emocional que, por muitas vezes, sobrepõe o rigor lógico.¹⁶

Como salientado anteriormente, a guerra se estenderia até 1895, ano que começaria com mudanças. A primeira delas foi a alteração do governo no âmbito federal. Prudente de Moraes, paulista sustentado pelos interesses cafeicultores, substituiu Floriano Peixoto na presidência do país, o primeiro eleito através do voto. A mudança de governo dava novo ânimo

15 A invasão. *O Estado de São Paul*, São Paulo, 02 mar. 1894, p. 1.

16 Conforme Charaudeau, o recurso às paixões e o apelo aos sentimentos em discursos com ideais políticos é de longa data. Spinoza via neste recurso “as causas e os fundamentos” da sociedade política e suas instituições. Voltaire decretava que “as paixões são as rodas que fazem mover todas as máquinas” (máquinas humanas). Pensadores do político como Max Weber e Michel Foucault, viam no recurso a paixão a subjetivação do político, que obriga a levar em conta o afeto que acompanha a experiência dos homens e que se mistura à racionalização das representações sociais. (2016, p.89).

aqueles que aspiravam finalmente pelo término do conflito no sul. A guerra não tinha chegado ao fim, mas pelo desgaste financeiro, material e humano que causara, diversos periódicos começariam a exprimir campanhas pela pacificação da revolução, atitude que foi profundamente criticada nas páginas de *O Estado de São Paulo*.

Nas notícias que seguem, o jornal paulista buscava alertar que a pacificação seria impossível de ser feita naquele momento, pois as tropas federalistas estariam ainda muito vivas sob o comando de Saldanha da Gama, que organizava nova invasão. Frente a isso, conforme ressaltava o periódico, o governo de Prudente de Moraes não poderia romper com o compromisso que tomou quando assumira o poder: a continuação da política de Floriano Peixoto sobre as questões da revolução no sul. De todo modo, os dois governos seriam diferentes. Segundo o jornal, Floriano surgira de um movimento revolucionário e não viveu senão para abafar uma revolução. Poderia, inclusive, ter até violado a Constituição alguma vez, mas o jornal afirmava não se arrepender de ter apoiado o “heroico soldado que salvou a República da eterna e sanguinolenta confusão do caudilhismo”.¹⁷ Já Prudente de Moraes, assumiu, em momento de paz, vinha em nome da Lei, para agir e existir em nome dela. Sendo assim, o discurso produzido buscava justificar que o presidente não teria margem para agir, pois a Constituição não autorizava, em nenhum dos seus artigos, a possibilidade de intervenção pacificadora do presidente da República.

Frente ao exposto, percebemos como o posicionamento do jornal sobre a intervenção do governo federal na revolução continuou sendo o mesmo desde o início do conflito. Em seu discurso, *O Estado de São Paulo* buscava construir a imagem de um líder, primeiro na figura de Floriano Peixoto, e depois na de Prudente de Moraes, que agia corretamente correspondendo aos ideais republicanos que o periódico defendia e buscava consolidar. A morte do almirante Saldanha da Gama em batalha¹⁸ consolidaria toda alocução produzida sobre a pacificação: a paz viria enfim, com o último suspiro do revoltoso. O jornal descreveu a notícia como uma esplêndida e triunfante vitória das tropas legais sobre a última esperança dos revoltosos:

A morte de Saldanha da Gama é, talvez, o triste epílogo des-

17 Notas políticas. *O Estado de São Paulo*, São Paulo, 20 mar. 1895, p. 1.

18 Saldanha da Gama havia invadido o Rio Grande em fins de abril de 1895, e em 24 de junho, na Batalha de campo Osório, o almirante foi surpreendido em um ataque das tropas legalistas ocasionando em sua morte. A guerra encaminhava-se para seu fim, as tropas federalistas já não tinham mais condições de permanecer no conflito. Assim, começariam as negociações para a pacificação do Rio Grande do Sul (REVERBEL, 1985, p. 75 et seq.).

se drama sanguinolento, que atribulou os primeiros anos da República... Que ela seja também agora o primeiro passo para a sonhada paz entre os brasileiros, encerrando na nossa história aquela grande página negra, onde apenas fulgura um ponto luminoso, que lembra a surpreendente bravura dos que morreram pela causa da Lei – e que é o símbolo da heroica resistência do patriotismo as coligações do ódio e da ambição, armadas contra a existência da República!¹⁹

A pacificação por fim aconteceria. Na convenção de Pelotas, em 23 de agosto de 1895, ocorreu o encontro entre o general Inocêncio Galvão de Queirós – enviado especial do então presidente Prudente de Moraes - com Silva Tavares, a fim de discutirem os termos de pacificação do estado. Entre as condições, os federalistas exigiam, para renderem suas armas, a “Reconstituição do Estado do Rio Grande”, ou seja, a revisão da Constituição positivista de 14 de julho de 1891, obra apontada por eles como uma das causas da revolta. Júlio de Castilhos não admitiu semelhante intromissão no Rio Grande do Sul, afirmando ser um “Estado constituído”, obtendo apoio de outros republicanos do país. A exigência federalista não foi aceita pela União, alegando ir contra a liberdade dos Estados e a Constituição Federal. Tavares e Galvão tiveram de aceitar e, no dia 23 de agosto de 1895, o Rio Grande estava oficialmente em paz, mantendo a intocabilidade da constituição castilhistas (LOVE, 1975, p. 77).

O *Estado de São Paulo* considerou que o acordo de paz foi feito como deveria ser, sem desprestígio para o governo e com honra à República. A publicação que trata sobre esse assunto exalta, com atos de louvor em seu discurso, todas as medidas que foram tomadas pelo governo até o término do conflito. Percebemos como os produtores da fala empregaram profunda alocação, pautada no reconhecimento das virtudes do governo pacificador e no sentimentalismo patriótico, aclamando as convicções republicanas que agora consolidavam-se:

A esse grande mérito do ato do governo e é, por isso, que nós, como brasileiros e como republicanos, incondicionalmente, sem restrições, traçamos estas linhas salientando a vitória com que a República encerrou o período de lutas que fatalmente tinha de transpor. A pacificação do Rio Grande, nos termos que foi feita, é a consagração definitiva das instituições republicanas. Honra, pois, ao governo que teve a ventura de realizá-la.²⁰

19 O Rio Grande. *O Estado de São Paulo*, São Paulo, 10 jun. 1895, p. 1.

20 *Revistas dos Estados: Rio Grande do Sul. O Estado de São Paulo*, São Paulo, 26 ago. 1895,

Frente ao exposto, percebemos através de nossas análises como a alocação produzida pelo periódico paulista atuou na mediação das inter-subjetividades no seu momento histórico, ou seja, o jornal, em sua situação de comunicação, desempenhou um papel na construção de realidades por meio de seu discurso. O posicionamento assumido pelo periódico durante a Revolução Federalista demonstrava como a política estava presente nas discussões do cotidiano, sobretudo pela necessidade de consolidação da nova forma de governo instaurada no país. Sendo assim, *O Estado de São Paulo* assumiu uma importante posição como mediador das subjetividades partilhadas na sociedade buscando influenciar o público leitor daquela época.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Desde o início das hostilidades em 1893, *O Estado de São Paulo* assumiu uma posição política bem clara que vinha ao encontro de seus interesses ligados ao PRP, na tentativa de evitar qualquer desequilíbrio que ameaçava a estabilidade da forma de governo recém implantada. O periódico paulista não fugiu à regra de ser um jornalismo com cunho político-partidário, como fora muitos outros órgãos de imprensa do período. Para defender seus ideais, muitas publicações sobre o conflito deturparam os fundamentos da revolta, excluindo de suas colunas qualquer explanação mais profunda sobre as causas da revolução. Sobretudo, devemos levar em consideração que, por ser um órgão aliado às causas defendidas pela elite cafeeira, *O Estado de São Paulo* empreendia um discurso que procurava garantir a hegemonia desse grupo, visto que esta não estava posta logo após a proclamação da República. A Revolução Federalista aconteceu em um contexto no qual a possibilidade de uma reação monárquica não estava descartada. São Paulo, sendo a “locomotiva do país”, precisava garantir a consolidação da República, dado que representava a nova coalizão de forças cujo centro estava a elite cafeeira paulista. É por esse motivo que São Paulo, e um dos jornais mais influentes da época, *O Estado de São Paulo*, se mobilizaram contra a Revolução Federalista, que, ao fim, consistiu em uma disputa pelo poder regional, a qual acabou tomando proporções nacionais e internacionais.

Sendo assim, as análises evidenciaram como uma disputa pelo poder local entusiasmou a opinião da imprensa do centro do país, a qual dava destaque diário em suas publicações para o conflito, refletindo o clima de agitação política que marcava o período. Portanto, buscamos em nosso tra-

balho explorar nosso objeto de pesquisa levando em consideração que seu discurso é uma construção da realidade apresentada de acordo com interesses particulares. Nesse sentido, os estudos aplicados a documentos de imprensa não devem vê-la como “a verdade”, mas sim como os possíveis interpretativos destes. Dessa forma, nossa pesquisa foi desenvolvida buscando apresentar uma possível abordagem no sentido de entender o discurso do jornal em exame como uma intervenção frente ao posicionamento político assumido por este sobre as discussões de seu momento histórico.

Levando em consideração essas questões, compreendemos que, em um tempo em que o debate político era a tônica da imprensa, o jornal paulista não deixaria de expressar seus ideais de forma veemente. *O Estado de São Paulo* não pouparia palavras para defender suas convicções. Seu discurso virulento buscava desqualificar o adversário através de adjetivos pessoais em repúdio a toda ação dos revolucionários, classificados como bandidos, mercenários e assassinos. O discurso empregado contrapunha repetidamente a ordem e a civilidade da República, contra o perigo da desordem e barbárie representada pela revolta, criando um clima de tensão e insegurança que pretendia atingir o leitor. A posição do jornal foi clara, colocava-se como o defensor da República, mesmo esta não estando em perigo, tornando-se conveniente afirmar, ainda, que tal propósito estava ligado à defesa de uma dada República: a paulista cafeicultora.

Destacamos, em nossa investigação, o apoio dado pelo jornal à intervenção do governo federal nas causas que envolviam o conflito, algo indispensável para o bem comum de toda nação. Logo, essa abordagem seria o discurso que embasaria a maior parte da retórica de *O Estado de São Paulo*, o qual expunha em suas páginas argumentações pertinentes, possíveis de obter resultados que ansiassem alcançar seus objetivos. Dentro dessa concepção, os textos produzidos pelo periódico utilizavam, na construção da imagem dos federalistas, um efeito que buscava desqualificar e, ao mesmo tempo, desmistificar o ideal da luta defendida pelos revoltosos.

Tal imagem produzida sobre a revolta estaria alicerçada ao envolvimento de uruguaios no conflito, o que caracterizaria uma invasão estrangeira ao território do Rio Grande do Sul, constituindo uma ameaça separatista que unia forças com o governo instituído do país vizinho, por este carregar consigo ressentimentos em relação ao Brasil, pretendendo, através do conflito, enfraquecer e abalar a aparente hegemonia que o país assumia no continente após a instauração da República. Além disso, o discurso reforçava a ideia do movimento ser uma invasão com intuítos de restaurar a monarquia. Ataques diretos ao líder da revolta, Gaspar Silveira Martins, somariam causas para justificar tal afirmação. A vaidade deste es-

taria, conforme o jornal, ferida por seu afastamento do poder depois que os republicanos haviam assumido o governo, influenciando, dessa forma, seus correligionários a insurgirem.

Toda essa gama de fatores produzida pelo discurso do periódico seria a justificativa para que os leitores vissem a revolução como uma causa que atingia não apenas o sul do país, mas sim todo o Brasil. Assim, afirmava o periódico ser seu papel não omitir ou distorcer qualquer questão que envolvesse os acontecimentos sobre a revolta. Entretanto, as análises mostraram que a prática carecia, evidentemente, de princípios éticos, tornando-se um jornalismo notadamente partidário, que primava pela mais desenfreada belicosidade, ultrajando qualquer forma ou manifestação que se opunha as suas convicções.

Nesse sentido, o estudo sobre a forma como o jornal *O Estado de São Paulo* interpretou os acontecimentos sobre a Revolução Federalista e a posição assumida por este durante o conflito demonstraram como uma luta pelo poder local tornou-se pauta das discussões em uma conjuntura na qual a nova forma de governo necessitava consolidar suas bases. A reverberação de opiniões emitidas estava imbuída em sentimentos políticos apaixonados e patrióticos, os quais distorciam os fatos em prol das ideias que defendiam. De toda forma, devemos levar em consideração, como salienta Charaudeau, que a notícia é construída a partir do ponto de vista dos atores envolvidos na encenação midiática, o que faz com que a realidade seja apresentada de acordo com interesses particulares. Desta maneira, compreendemos como *O Estado de São Paulo* cumpriu sua função enquanto formador de opinião, utilizando suas páginas para exaltar os valores das causas que acreditava e assim influenciar a esfera política e social de sua época.

REFERÊNCIAS

- BARBOSA, Marialva. Jornalismo e História: um Olhar e Duas Temporalidades. In: NEVES, Lúcia Maria Bastos Pereira das; MOREL, Marcos (Org.) *História e Imprensa: homenagem a Barbosa Lima Sobrinho – 100 anos*. Rio de Janeiro: Seção Gráfica IFCH/UERJ, 1998.
- CAMARGO, Ana Maria de Almeida. A imprensa periódica como fonte para a História do Brasil. In: PAULA, Eurípedes Simões de (Org.). SIMPÓSIO NACIONAL DE PROFESSORES UNIVERSITÁRIOS DE HISTÓRIA, 5., 1971, São Paulo. *Anais...* São Paulo: Seção Gráfica do FFLCH/USP, 1971.
- CAPELATO, Maria H. Rolim. *Imprensa e História do Brasil*. São Paulo: Contexto, 1988.

- CHARAUDEAU, Patrick. *A conquista da opinião pública: como o discurso manipula as escolhas políticas*. São Paulo: Contexto, 2016.
- _____. *Discurso das Mídias*. São Paulo: Contexto, 2006.
- ELMIR, Cláudio Pereira. As armadilhas do jornal: algumas considerações metodológicas de seu uso para a pesquisa histórica. *Cadernos de Estudo*, Porto Alegre, n. 13, 1995.
- FLORES, Elio Chaves. A consolidação da República: rebeliões de ordem e progresso. In: FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucília de Almeida Neves (Org.). *O Tempo do liberalismo excludente: da Proclamação da República à Revolução de 1930*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.
- FLORES, Moacyr. *História do Rio Grande do Sul*. 5. ed. Porto Alegre: Nova Dimensão, 1996.
- FRANCO, Sérgio da Costa. O Sentido Histórico da Revolução de 1893. In: *Fundamentos da cultura rio-grandense*. Porto Alegre: Faculdade de Filosofia, UFRGS, 1962.
- JORNAL *O Estado de São Paulo*. São Paulo, 06 jan. 1893 – 22 out. 1895.
- LOVE, Joseph L. *O regionalismo gaúcho e as origens da revolução de 1930*. São Paulo: Perspectiva, 1975.
- _____. *A locomotiva. São Paulo na Federação Brasileira (1889 – 1937)*. São Paulo: Paz e Terra, 1982.
- LEITE, Carlos Henrique Ferreira. História e imprensa: a importância e a contribuição dos jornais no conhecimento histórico. In: ENCONTRO REGIONAL DE HISTÓRIA, 16, 2014, Paraná. *Anais... Universidade Estadual do Paraná: UEP*, 2014. p. 822-829.
- LUCA, Tania Regina de. A história dos, nos e por meio dos periódicos. In: PINSKY, Carla B. (Org.). *Fontes Históricas*. 3. ed. São Paulo: Contexto, 2014.
- PILAGALLO, Oscar. *História da imprensa paulista: jornalismo e poder de D. Pedro I a Dilma*. São Paulo: Três Estrelas, 2012.
- RECKZIEGEL, Ana Luíza Setti. 1893: A revolução além fronteira. In: BOEIRA, Nelson; GOLIN, Tau. *História Geral do Rio Grande do Sul*. Passo Fundo: Méritos, 2007.
- _____. *A diplomacia marginal: vinculações políticas entre o Rio Grande do Sul e o Uruguai (1893-1904)*. 2. ed. Passo Fundo: Ed. Universidade de Passo Fundo, 2015.
- RÉMOND, René (Coord.). *Por uma história política*. 2. ed. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 2003.

- REVERBEL, Carlos. *Maragatos e Pica-paus: Guerra civil e degola no Rio Grande*. Porto Alegre: L&PM, 1985.
- ROMANCINI, Richard. História e Jornalismo: reflexões sobre o campo de pesquisa. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE CIÊNCIAS DA COMUNICAÇÃO, 27., 2005, Rio de Janeiro. *Anais....* Rio de Janeiro: Universidade do Estado do Rio de Janeiro – UERJ, 2005.
- SCHWARTZMAN, Simon. *Bases do autoritarismo brasileiro*. 4. ed. Rio de Janeiro: Publit Soluções, 2007.
- ZICMAN, Renée Barata. História através da Imprensa: Algumas considerações metodológicas. *Revista Projeto História*, São Paulo, n. 4, jun. 1985.